

# Exame de Teoria da Norma Jurídica

Turma A

11 Junho 2019

Duração da prova: 3 horas

## I

Responda às seguintes questões, justificando as suas respostas, num máximo de 6 linhas:

- ✓1. Distinga dever jurídico de sujeição. 1,5
  - ✓2. O muito significativo valor de alguns bens móveis levou uma corrente do doutrina a defender dever ser aplicada, por analogia, à respectiva compra e venda o artigo 875.º do Código Civil. Considera esta opinião certa ou errada?
  3. Qualifique as normas dos artigos 441.º e 830.º, n.º 1, do Código Civil.
  - ✓4. Diga a diferença entre ilicitude e ilegalidade.   
→ supletiva  
→ geral e injuntiva
- (cotação: 1,5 valor cada)

## II

Resolva, fundamentando as suas respostas, os seguintes casos:

✓1. Em Janeiro passado, Teresa pediu a Vicente para lhe procurar uma casa para arrendar em Moledo para passar a primeira quinzena de Agosto; a casa teria de ter 3 quartos e a renda não poderia ser superior a €750.

Vicente concordou.

✓a) Suponha que Vicente dedicou 2 horas à tarefa e não encontrou nada que cumprisse os requisitos de Teresa. Não arrendou nada, pois.

*Quid iuris?*

✓b) Admita que Vicente encontrou o que achou ser a casa ideal, mas a renda foi €820. Arrendou-a.

*Quid iuris?*

✓c) Vicente encontrou uma excelente casa, mas o dono não quis comprometer-se quando soube que a casa era para uma terceira pessoa; isto apesar de Vicente ter exibido procuração escrita de Teresa e de esta ter confirmado por telemóvel querer a casa. Não foi feito qualquer arrendamento, o que causou grande transtorno a Teresa.

*Quid iuris?*

(cotação: 4 valores)

✓2. Hugo trabalha um terreno que já seu pai e avô trabalhavam. A zona tornou-se turística e Hugo teve uma excelente proposta de compra do terreno,

decidindo vendê-lo. Mas o prédio não estava registado em seu nome ou de qualquer dos seus ascendentes. Isto é, para efeitos de registo predial, Hugo não era o proprietário.

Que pode Hugo fazer para regularizar a situação?

(cotação: 3 valores)

✓ 3. Fernanda é empregada de Gaspar há 10 meses, quando o salário mínimo nacional foi aumentado para valor bastante superior ao que tinha sido acordado entre as partes. Fernanda reivindica o aumento imediato da remuneração e Gaspar contrapõe que o que foi contratado é o devido.

*Quid iuris?*

(cotação: 3 valores)

✓ 4. Ema é inquilina de Diogo em Leiria. Diogo decidiu vender o andar arrendado a Catarina. Ema vem a saber e sabe ter direito de preferência na compra, nos termos do artigo 1091.º do Código Civil. Pretende comprar. Que pode fazer?

✓ a) Suponha de que o preço real foi €80 000, mas foi declarado ser €140 000 para afastar qualquer possível interesse de Ema. O interesse desta em comprar é tão grande que, mesmo por um preço mais elevado, está disposta a fazê-lo.

*Quid iuris?*

✓ b) Admita agora que a situação é a inversa: o preço real foi de €140 000 e o declarado €80 000, por razões fiscais. Ema está feliz por poder comprar por um montante tão baixo. Tem motivo para isso?

(cotação: 4 valores)